

42º Encontro Anual da Anpocs

Caxambu, MG

GT 09 – Dinheiro, interesses e democracia: a influência dos recursos financeiros no sistema político

A influência do financiamento de campanha na tomada de decisão e na agregação de preferências na Câmara dos Deputados. Um balanço do primeiro biênio da 55ª legislatura (2015-2016)

Autor(es)

Diogo Tavares de Miranda Ferreira¹

Luiz Fernando Zelinski²

Neilor Fermينو Camargo³

¹ Bolsista CAPES, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política- UFPR.

² Bolsista CAPES, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política- UFPR

³ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política - UFPR;

A INFLUÊNCIA DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHA NA TOMADA DE DECISÃO E NA AGREGAÇÃO DE PREFERÊNCIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. UM BALANÇO DO PRIMEIRO BIÊNIO DA 55ª LEGISLATURA (2015-2016)

RESUMO

Esta pesquisa de cunho quantitativo, tem como objetivo analisar a importância da dinâmica estrutural do financiamento de campanha eleitoral como variável explicativa para as tomadas de decisão e agregação de preferências, no primeiro biênio da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2015-2016). Utilizaremos para tal, a dinâmica do financiamento de campanha sob dados de doações eleitorais, com a finalidade de organizar os dados de nossa variável independente e exógena ao processo legislativo - os financiadores de campanha -, e índice de fidelidade partidária, e o IAG para o cálculo disciplina partidária entre parlamentares beneficiados por origem e tipo de financiadores. Entre as hipóteses preliminares, está a ideia de que a origem e tipo de financiamento de campanha é uma alternativa de resposta aos padrões apresentados pela literatura à agregação de preferências em votações nominais na câmara dos deputados. Os resultados preliminares apontam o financiamento não apontam o financiamento de campanha como variável independente capaz de explicar distorções nos resultados de disciplina partidária, entre os diferentes tipos e origem de financiamento compreendidos. No entanto, quando fazemos uma análise mais detalhada por partidos, vemos que em alguns casos parlamentares mais independentes de recursos advindos de Agentes Partidários, apresentam comportamento mais indisciplinado em relação ao partido político, e menor nível de governismo, mesmo entre aqueles que participam do governo.

Palavras-Chave: comportamento legislativo; financiamento de campanha; coesão parlamentar; atividades econômicas e democracia.

INTRODUÇÃO

Há influência do financiamento de campanha na atuação do parlamentar federal? Uma pergunta cada vez mais recorrente na agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira, na qual pode-se ter diferentes respostas dependendo do que se pretende ao analisar a “atuação” do ator em questão.

Alguns estudos visam identificar possíveis influências entre o financiamento de campanha sobre a proposição de leis por parte dos deputados na câmara (SCHEFFER; BAHIA, 2011). Outro grupo recente procurou identificar a meta relação entre o Financiamento de campanha, e o recrutamento dos parlamentares federais nas comissões temáticas da câmara dos deputados (GEARA ET AL. 2018). Um outro caminho possível e o que nos mais nos interessa, é a possível influência do financiamento de campanha no

comportamento parlamentar em relação a votação final de matérias legislativas no plenário da câmara, chamando a atenção também para a influência do Lobby na tomada de decisão dos parlamentares (SANTOS, 2011; 2015).

Os estudos sobre o comportamento e a agregação de preferências entre os deputados federais, na grande maioria das vezes segue o caminho de compreender se há convergência ou não dos parlamentares com os interesses da indústria, tendo como referência a Agenda Legislativa da CNI onde essa torna público seu posicionamento em matérias prioritárias de interesse do setor (SANTOS, 2015).

Esta pesquisa buscou um caminho diferente. Para testar a possível influência do financiamento de campanha sobre o comportamento parlamentar, buscou-se compreender a partir do caminho do recurso, se o grau de independência dos deputados na captação de recurso de campanha influencia em maior ou menor grau a disciplina partidária dos parlamentares.

Assim o objeto da presente pesquisa é a relação entre a dinâmica de financiamento de campanhas eleitorais e o processo de decisão política nas votações nominais no plenário da câmara no primeiro biênio da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados.

Buscou-se assim fazer uma ponte entre a literatura sobre o financiamento de campanha para a câmara baixa, e os estudos legislativos no Brasil, debruçando-se também sobre outra pergunta que se faz presentes em trabalhos seminais sobre o Legislativo no Brasil: Afinal, o que mantém a corsão dos parlamentares na câmara (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2011; 1998; 2005; LIMONGI; 1994; 2006).

Nosso objetivo geral é compreender de que forma a dinâmica do financiamento eleitoral se relaciona e influencia no processo de decisão política das votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados entre 2015 -2016, ou seja, até que ponto pode-se considerar a contribuição financeira de determinados tipos de agentes e doadores de campanha como variável independente a agregação de preferências, mas especificamente na possível distorção disciplina partidária entre diferentes Clusters de parlamentares.

Mediante os objetivo geral definimos alguns objetivos específicos: (i) identificar e categorizar os parlamentares de acordo com o padrão de doadores majoritários de campanha, buscando saber qual o tipo de financiador teve mais passo no recursos de cada um destes; (ii) analisar se o financiamento de campanha se aplica como fator exógeno ao

processos legislativo capaz de alterar os padrões de votação no plenário da Câmara, a partir da distorção da disciplina partidária entre os parlamentares com o mesmo padrão de financiamento.

Para realizar tal exercício foram analisadas proposições legislativas que passaram por votação final no plenário da Câmara dos deputados, entre Janeiro de 2015 e Dezembro de 2016, totalizando 72 proposições de diferentes temáticas. Metodologicamente este artigo se utiliza de estatística descritiva para descrever os resultados e analisar a hipótese que, *quanto maior a independência do parlamentar em relação ao partido político na obtenção de financiamento de campanha, menos disciplinado é esse parlamentar em relação ao cumprimento da ordem do líder do partido nas votações da Câmara.*

Foram utilizados as técnicas de análise de Clusters para identificar e categorizar os parlamentares dos Partidos efetivos⁴ de acordo com o setor majoritário de financiamento de campanha, assim como foram calculados o Índice de Lealdade ao Líder Partidário (LIMONGI, XXXX) para calcular a disciplina partidária dos parlamentares, assim como o Índice de Adesão Governamental (IAG) para identificar possíveis distorções no padrão de governismo entre os diferentes grupos analisados.

Os resultados parciais não confirmaram o tipo de financiamento de campanha como variável independente capaz de explicar diferentes padrões de disciplina partidária na câmara dos deputados, mas a análise apresenta um resultado importante relacionado a....

Este artigo se divide em 3 partes: Num primeiro momento uma breve revisão bibliográfica sobre o estado da arte, e o debate empírico que permeia a literatura no tema, assim a segunda sessão apresenta metodologicamente e explica o modelo e as classificação utilizadas, assim como o desenho de pesquisa. Num terceiro momento apresenta-se os resultados para em seguida finalmente a discussão dos resultados e conclusão na qual pretendemos apontar dificuldades do trabalho com o tema, assim como futuras passos para melhorar e superar a metodologia aqui testada.

A influência do financiamento de campanha sobre “quem governa”. Breve revisão de literatura

⁴ Entende-se como partidos efetivos através da aplicação do NEPP de Lackso e Taajapera (1979)

A influência de grupos privados sobre o comportamento de *quem governa*, movimenta uma vasta literatura na Ciência Política, assim como levanta algumas questões pontuais. No geral essa literatura se estabelece em diferentes arenas do processo político para analisar e discutir determinados problemas: (i) tendo como arena o Poder Executivo e sua relação com o legislativo, busca-se compreender em que medida o financiamento de campanha influencia a decisão de políticas públicas, e na assinatura de contratos públicos (WITKO, 2011; BOAS et al., 2014); (ii) incentivados pela versão informacional dos estudos legislativos outros estudos têm como arena as comissões parlamentares da câmara, utilizam o Lobby e o financiamento de campanha como variáveis independentes para explicar o comportamento parlamentar nas comissões e até mesmo a proposição de matérias, bem como o sucesso de determinadas agendas (SCHROEDEL, 1986; WRIGHT, 1990; GROSSMAN; HELPMAN, 1994; MANCUSO, 2004; CARVALHO, 2017); (iii) e finalmente aqueles que têm como arena a decisão em plenária final do deputado, que busca estabelecer relações entre o financiamento de campanha e o posicionamento dos congressistas nas votações nominais (WRIGHT, 1985; GRENZKE, 1989; WAWRO, 2001; SANTOS et al., 2014).

No Brasil há um rico acervo de literaturas sobre o modelo de financiamento e desempenho eleitoral dos candidatos, dentre eles (PEIXOTO, 2004; 2008; 2014; CERVI, 2010; MANCUSO et al., 2016; HOROCHOVSKI et al., 2016), no entanto poucos são os estudos que buscam verificar a influência do financiamento de campanha no comportamento parlamentar no Brasil restritos a (SANTOS et al., 2014; CARVALHO, 2017).

É nesta lacuna que esse estudo visa contribuir. Busca-se aqui criar uma ponte entre os estudos sobre financiamento de campanha e os estudos legislativos no Brasil, debruçando-se sobre uma pergunta central nos trabalhos sobre o legislativo realizados pelos precursores do neoinstitucionalismo da escolha racional no Brasil: afinal, o que mantém a coesão dos parlamentares na Câmara dos Deputados? (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998; 1999; 2005; LIMONGI, 1994; 2006).

Essa pergunta norteia uma série de pesquisas sobre essa questão institucional intrínseca ao parlamento brasileiro e ao comportamento dos partidos e dos parlamentares, e em sua maioria movimentaram variáveis exógenas e endógenas ao processo legislativo

para explicar o fenômeno da coesão e da disciplina partidária. No entanto apresentam confusões terminológicas: ora acreditam que o presidente e os líderes partidários têm ao seu alcance mecanismos para garantir a *cooperação* dos parlamentares, como também recorrem à *disciplina* parlamentar, e em outros momentos recorrem ao termo *coesão*, todos como sinônimos (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; MADEIRA, 2002).

Diferente da ideia de disciplina partidária o fenômeno da coesão entre os parlamentares depende da distribuição e homogeneidade das preferências, de parlamentares filiados a determinada agremiação partidária, enquanto a disciplina depende da alteração de comportamento do parlamentar mediante a ameaça de aplicação de sanções pelo líder do partido (MADEIRA, 2002). Definido por Tsebelis (1995, p.13) a coesão como “diferença de posições políticas dentro (ou fora) de um partido antes que se proceda a discussão e a votação no interior dos Partidos”, já a disciplina “refere-se à capacidade de um partido para controlar os votos de seus membros no Parlamento, por imposição do líder”.

Diante dessa discussão entender-se coesão como um consenso prévio no qual pode ser entendido por um comportamento individual e distributivista do parlamentar e analisado sobre variáveis endógenas ao processo legislativo - *Pork Barrel* e *Patronagem* - assim como por variáveis exógenas como – ideologia e *Background* – no qual buscaremos incluir aqui o financiamento de campanha.

Já a disciplina partidária podemos compreender com o ato de chicote realizado pelos líderes partidários na tentativa da manutenção da agregação das preferências coletivas buscando dar certa ordem a uma “anarquia” legislativa. O partido assim agiria de modo centrípeto, na agregação de preferências de seus membros (TSEBELIS 1995).

No entanto há uma discussão na literatura dos estudos legislativos brasileiros sobre o padrão de atuação dos parlamentares. Entre os chamados *brasilianistas*, acreditava-se que os parlamentares brasileiros são altamente distributivistas, e quando eleitos focavam o seu trabalho em garantir recursos públicos para suas bases eleitorais, deixando assim sua atuação partidária em segundo plano, o que ocasionaria em altos índices de indisciplina (AMES, 2003; MAIWARIN,

Já estudos mais otimistas sobre o legislativo brasileiro, a discussão ocorreu em torno de que os líderes partidários no Brasil têm fortes prerrogativas regimentais e assim conseguem manter o controle de suas bancadas, através do controle da agenda legislativa em contato com o governo (FIGUEIREDO; LIMONIGI, 1999); (SANTOS, XXXX).

....

O modelo

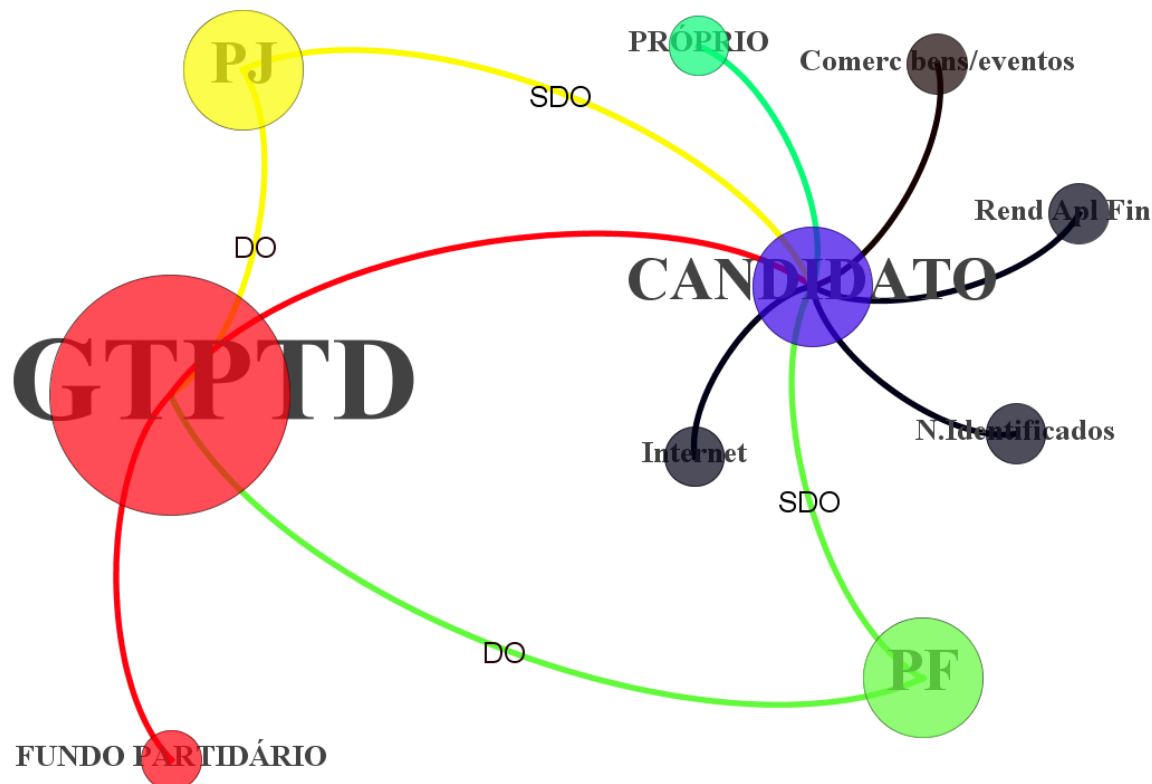
Para testar o financiamento de campanha como variável independente à disciplina partidária, pensou-se em um modelo para a classificação dos dados de acordo com a origem e tipo de financiamento de campanha.

Iniciamos com o tratamento de dados. Num primeiro momento foram identificadas toda a rede de doações dos 416 deputados selecionados para este estudo, eleitos nas eleições gerais de 2014, com início de mandato em na 55ª legislatura em 2015, identificados pela prestação de contas realizada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde pode-se identificar tudo aquilo que é dado como receita.

Sendo assim o repositório de dados do TSE é a fonte que disponibiliza todos os dados necessários para a compreensão da dinâmica estrutural de doações eleitorais, que ainda foram trabalhadas pela a classificação dos doadores do tipo pessoa jurídica em acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE.

Em geral, as redes de financiamento de campanhas eleitorais são um tanto complexas, devido a quantidade de atores que fazem parte deste processo e da forma como se relacionam. Para este trabalho não foi diferente. Logo, para facilitar a compreensão dos resultados ao qual chegamos, decidimos apresentar previamente a lógica estrutural das relações de doações nas Eleições Gerais de 2014. Entender esta rede de doações, passa neste primeiro momento por entender quem são os agentes presentes na figura 1.

Figura 1 – Rede de financiadores e financiados nas Eleições Gerais de 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do tse.

As declarações de receitas são compostas de uma série de informações, ora variáveis, entre elas a origem e o tipo da doação. Essa declaração permite ao pesquisador um ponto de partida fundamental para a categorização dos casos em mãos. Desta forma, após a identificação da rede de doações, tipo e origem da receita, podemos identificar qual o tipo de doador e o tipo de receita que em maior grau prevalece na composição da receita dos candidatos.

Em nossa rede de financiamento eleitoral podemos encontrar um total de 10 tipos de atores que, em maior ou menor grau, relacionam-se para compor a presente rede. Nem todos estes atores possuem relações diretas como poderá ser visto mais adiante. Nem todas estas relações possuem o mesmo peso quando tratamos do impacto direto no desempenho para a conquista de votos, tampouco da mesma forma para induzir o comportamento do

deputado federal em exercício. Cabe a apresentação, portanto, pela do que cada sigla significa:

Tabela 1:

1 – CANDIDATO	Como o próprio nome leva a concluir, este é o nosso candidato eleitor, então deputado federal, onde reside o N de nosso estudo;
2 – PJ	Refere-se ao tipo de doador Pessoa Jurídica. Este doador é ator importante da nossa análise, em especial por ser a origem de cerca de 75% de todo o dinheiro envolvido nesta rede de doações. Este doador por sua vez aparece em duas situações, sendo realizando doações para Agentes Partidários (AGTPTD) ou diretamente para o candidato;
3 – PF	Refere-se ao tipo de doador Pessoa Física. Este doador, assim como o doador Pessoa Jurídica, realiza doações para Agentes Partidários ou diretamente para Candidato;
4 – AGTPTD	Este é o Agente Partidário, que em geral funciona como um intermediário das doações de Pessoas Jurídicas ou Pessoas Físicas. Por sua vez, ele também realiza doações, sendo o seu recurso advindo principalmente dos Fundos Eleitorais;
5 – PRÓPRIO	Aqui reside o recurso do próprio candidato, ou seja, aquilo que ele tira de seu próprio patrimônio para financiar sua campanha eleitoral;
6 – FUNDO PARTIDÁRIO	São os recursos que os partidos obtêm por meio do Fundo Partidário Eleitoral;
7 – INTERNET	São as doações em gerais realizadas por internet;
8 – REND APL FIN	São os recursos descritos pelos TSE como Rendimento de Aplicações Financeiras;

9-COMERC BENS/ EVENTOS	São os recursos descritos pelo TSE como Comercialização de bens ou realização de eventos;
10 – N. IDENTIFICAD	São as doações em que não foi possível identificar o doador.

Fonte: Elaboração pelos autores.

Nem todas estas relações possuem o mesmo peso quando tratamos do impacto direto no desempenho para a conquista de votos, tampouco da mesma forma para induzir o comportamento do deputado federal em exercício. Cabe apresentá-los, portanto, pela sua sigla ou identificação na rede e o que significa. Identificado os atores da rede, torna-se importante por fim, explicar que existem duas relações entre os atores, sendo elas: a) Relação de Doador Originário (DO); e b) Relação direta sem Doador Originário (SDO).

O nosso trabalho de agregação das receitas dos candidatos e categorização destes, necessitou uma classificação ao qual apresentamos na tabela a seguir. Nesta, os candidatos são classificados em acordo com a origem e o tipo de receita que apresenta maior volume em suas declarações, ou seja, qual origem e tipo majoritariamente compõe a soma das receitas do candidato. Classificamos um total de 11 Categorias, mas destas, esgotamos os candidatos analisados nas 5 categorias primeiras.

Tabela 2. Tabela 1 - Origem, tipo e categoria do candidato

CÓDIGO	CATEGORIA DE FINANCIAMENTO	EXPLICAÇÃO
SDO_RPróprio	Majoritário de Recursos Próprios	Possui alto grau de independência de representação. Aqui o deputado hegemonicamente se autofinancia, sendo independente de corporações, agentes partidários e associativismo para o financiamento de sua campanha.
SDO_RPF	Majoritário de Recursos de Pessoas Físicas	Possui maior grau de independência de partidos e corporações. No entanto, possui maior grau de dependência do financiamento de pessoas físicas.
SDO_RPJ	Majoritário de Recursos de Pessoas Jurídicas	Possui independência em relação ao financiamento advindo dos agentes partidários, porém é altamente dependente do financiamento de pessoas jurídicas.
DOPJ_AGTPTD	Majoritário Recursos de Doador Originário Pessoa Jurídica - Possui Agente Partidário como Intermediário	Possui alto grau de dependência de recursos provenientes de doadores do tipo pessoa jurídica, porém quem intermedia esta relação são os agentes partidários.
SDO_AGTPTD	Majoritário de Recursos de Agentes Partidários	Possui dependência do agente partidário.

DOPF_AGTPTD	Majoritário de Recursos de Pessoas Físicas - Possui maior grau de independência de corporações. No entanto, depende de agentes partidários para intermediar a relação. Possui Agente Partidário como Intermediário
-------------	--

*doador originário declarado (identificado pelo prefixo DO) e doador final (identificado pelo prefixo SDO – Sem Doador Originário). Já os tipos de doadores originários são (PJ – Pessoa Jurídica; e PF – Pessoa Física) seguido pelo agente ou meio pelo qual a doação foi realizada para o candidato (AGTPTD – Agente Partidário). Compõem também as receitas que não advêm de um doador originário antes do doador final ao candidato, o tipo de doador/doação (RPJ – Recursos de Pessoa Jurídica; RPF – Recursos de Pessoa Física; R Próprio – Recursos Próprio; e AGTPTD – Agente Partidário) sendo os demais de fácil identificação. Entendemos como Agente Partidário, todo aquele que, ou é Partido Político, ou é Comitê de Partido e Comitê de Candidato constituído para aquele pleito, todos com CNPJ próprios. Por fim, o AGTPTD quando não é um intermediador das relações de doações e sim um doador final, faz uso em especial do Fundo Partidário Eleitoral.

Fonte: Elaboração própria.

...

METODOLOGIA

Para testar a hipótese da influência do financiamento de campanha sobre o comportamento parlamentar, foram analisadas a tomada de decisão de 416 deputados federais brasileiros, eleitos pelos 11 partidos efetivos definidos pelo NEEP⁵ (DEM, PDT, PMDB, PP, PRB, PSB, PSD, PSDB, PT e PTB), nos dois primeiros biênios da 55ª legislatura (2015-2016). A toma de decisão são observadas a partir da votação de cada parlamentar as peças legislativas do período que foram para votação final no plenário da câmara dos deputados PEC, PL e MPV.

Como fonte do financiamento de campanha eleitoral prestações de contas eleitorais que é feita pelos candidatos juntamente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – vale salientar que tratamos aqui das Eleições Gerais de 2014 – identificamos tudo aquilo que é dado como receita. No entanto, para este trabalho especificamente, optamos por usar o banco de dados compilado das Eleições Gerais de 2014 pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Federal de Ponta Grossa (PR) – que também utiliza os dados do TSE – em face de uma série de variáveis que serão determinantes no decorrer deste estudo, por exemplo, a classificação dos doadores do tipo pessoa jurídica em acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE.

As declarações de receitas são compostas de uma série de informações, ora variáveis, entre elas a origem e o tipo da doação. Essa declaração permite ao pesquisador

um ponto de partida fundamental para a categorização dos casos em mãos. Desta forma, após a identificação da rede de doações, tipo e origem da receita, podemos identificar qual o tipo de doador e o tipo de receita que em maior grau prevalece na composição da receita dos candidatos.

Posterior a categorização, analisou-se o complexo processo legislativo brasileiro a maioria das votações nominais são compreendidas por requerimentos, assim foram estabelecidos para análise do conflito: requerimento de retirada de pauta; requerimento de votação nominal; substitutivo global; emenda de comissão; votação do texto final, para PLe PLN; votação final PLV, quando para Medidas Provisórias; Votação em segundo turno, quando para Propostas de Emenda a Constituição.

Neste recorte foram analisadas 72 proposições legislativas em diferentes temáticas tendo como fonte de dados o repositório de dados da Câmara dos deputados, onde os dados estão disponíveis sob tratamento através de Application Programming Interface (API) na página de dados abertos da câmara dos deputados. A fim tornar mensurável a questão da disciplina partidária e da coesão parlamentar, a princípio dois cálculos são utilizados sendo os mais indicados para os objetivos desta pesquisa, dentre eles o Índice de Adesão Governamental (IAG), e o *Índice de Rice*, e o *índice de lealdade partidária*, no qual podemos identificar se o financiamento de campanha gera coesão, e distorções na disciplina partidária na câmara (NICOLAU, 2000; MAINWARING; LIÑAN, 1998).

RESULTADOS

No primeiro momento da apresentação de resultados, consideramos resgatar qual o recorte de casos estabelecido mediante aplicação do cálculo do Número Efetivo de Partidos Parlamentares (NEPP) no início da 55ª legislatura, são eles: DEM, PDT, PMDB, PP, PRB, PSB, PSD, PSDB, PT e PTB. Ao qual somaram 416 deputados federais de um total de 513. Este número acabou reduzido para 405, quando foram excluídos os deputados licenciados para assumir cargos nos executivos federais e de seus estados. Estes deputados foram categorizados em acordo com a fatia financeira que majoritariamente compõe a soma das receitas de cada candidato.

A Tabela 3, apresenta a soma das receitas declaradas por todos os 416 candidatos que foram eleitos deputados federais, sendo possível observar que cerca de 43% das receitas destes deputados federais, enquanto candidatos durante o pleito de 2014, tem a sua origem em doadores do tipo pessoa jurídica, que por sua vez, realizam doações para agentes partidários que repassam o valor aos candidatos. Outra fatia considerável, cerca de 32%, são doações de pessoas jurídicas diretas para os candidatos, ou seja, sem a presença de um agente partidário como intermediário. É importante entender que neste momento não consideramos somar essas duas receitas. A literatura dos estudos sobre financiamento eleitoral com frequência trata sobre o impacto do financiamento privado na dinâmica do financiamento eleitoral e neste caso, poderíamos assumir que o impacto causado seria da ordem próxima de 76% do total das receitas. No entanto, para fins de categorização, optamos por manter a classificação diferenciando quando presente ou ausente o doador originário. Estes primeiros achados apontam o partido político como uma ponte importante que liga financiador e financiado.

Recursos diretos de pessoa física para candidatos compõe cerca de 11% das receitas. Recursos próprios dos candidatos são cerca de 7,75%, ou seja, esta é a parcela que compõe o patrimônio do candidato e que ele decide investir em sua própria campanha. Por fim, doações diretas de agentes partidários representam menos de 5% do total destas receitas. Neste caso, compõem esta receita, em maior grau, o Fundo Partidário recebido pelos partidos políticos. Os demais tipos de receitas desconsideramos para este momento, visto que não vem a compor fatia determinante em relação as apresentadas.

Tabela 3 - Soma das receitas dos candidatos por origem e tipo

CÓDIGO	(N)	% DO UNIVERSO	SOMA DAS RECEITAS	% DAS RECEITAS
SDO_RProprio	34	8,2%	R\$ 49.219.540,82	7,76%
SDO_RPF	41	9,9%	R\$ 67.922.668,10	10,71%
SDO_RPJ	129	31,0%	R\$ 205.930.219,41	32,47%
DOPJ_AGTPTD	189	45,4%	R\$ 273.289.157,56	43,09%
SDO_AGTPTD	22	5,3%	R\$ 29.969.693,02	4,73%
DOPF_AGTPTD	1	0,2%	R\$ 7.689.258,33	1,21%
Total	416	100,0%	R\$ 634.231.354,69	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do TSE.

Dentre essas classificações buscamos analisar se a disciplina partidária ou até mesmo o IAG dos deputados poderiam apresentar distorções

Dependência de recurso institucional	Catagoria de Financiamento	IDP	IAG
	SDO_RPRO	0,915	0,719
	SDO_RFPPF	0,941	0,748
	SDO_RPJ	0,938	0,726
	DOPJ_AGTPTD	0,915	0,729
	SDO_AGTPTD	0,903	0,818

Partido	Categorias									
	SDO_RPRO		SDO_RFPF		SDO_RPJ		DOPJ_AGTPTD		SDO_AGTPTD	
	IDP	IAG	IDP	IAG	IDP	IAG	IDP	IAG	IDP	IAG
DEM	0,923	0,539	X	X	0,955	0,543	0,901	0,533	0,903	0,532
PDT	0,932	0,796	0,970	0,705	0,955	0,543	0,948	0,785	X	X
PMDB	0,925	0,836	0,970	0,705	0,928	0,801	0,923	0,793	X	X
PR	0,877	0,664	0,935	0,839	0,919	0,849	0,918	0,855	0,903	0,849
PSB	0,851	0,702	0,958	0,749	0,928	0,650	0,843	0,602	X	X
PSD	0,895	0,733	0,947	0,794	0,940	0,834	0,928	0,819	0,903	0,768
PSDB	0,947	0,498	0,947	0,794	0,962	0,544	0,958	0,535	X	X
PT	0,934	0,797	0,954	0,764	0,957	0,784	0,974	0,798	0,903	0,788
PTB	0,924	0,803	0,833	0,833	0,941	0,854	0,787	0,681	0,903	0,967
PP	X	X	0,902	0,784	0,886	0,755	0,855	0,749	0,903	0,768
PRB	0,983	0,914	0,909	0,794	0,931	0,761	0,937	0,841	0,903	0,867

CONSIDERAÇÕES

A partir do levantamento dos resultados preliminares relacionado ao índice de lealdade partidária vimos mostrar que no geral o financiamento de campanha não foi capaz de criar distorções na disciplina dos deputados a ordem do líder do partido com diferencial considerável entre os dois grupos, que mediante casos isolados alguns casos isolados de indisciplina, houve a manutenção de ambos os grupos de acima de 0,9 de disciplina partidária no total de 1. Uma vez que agentes isolados aqueles com apenas um financiador,

obtiveram um índice médio de disciplina de 0,91, enquanto os agentes centrais e privilegiados da rede de financiamento na qual acreditávamos que apresentavam comportamento indisciplinado em detrimento ao partido, responderam com índice médio de 0,947.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAS, T. C.; HIDALGO, F. D.; RICHARDSON, N. P. The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 76, n. 2, p. 415–429, 2014.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2011.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova**, , n. 44, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a05n44.pdf>>. Acesso em: 23/9/2018.

GEARA, L. E.; JUNCKES, I. J.; HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J. O FINANCIAMENTO ELEITORAL NAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE DO META RELACIONAMENTO ENTRE EMPRESAS E PARLAMENTARES. **E-legis**, p. 60–81, 2018. Brasília.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos - CEBRAP**, , n. 76, p. 17–41, 2006. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23/9/2018.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. **Dados**, v. 48, n. 4, p. 737–776, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/dados/v48n4/28478.pdf>>. Acesso em: 23/9/2018.

LIMONGI, F. M. P. Novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **Bib: Boletim Informativo e Bibliografico de Ciencias Sociais**, , n. 37, p. 1–100, 1994. Disponível em: <<http://bdpi.usp.br/item/000875696>>. Acesso em: 23/9/2018.

MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014. **Teoria & Pesquisa**, p. 38–64, dez. 2016.

SANTOS, M. L. **O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados**, 2011. UFPE. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivos/pdf/santos_parlamento_sob_influencia_2011.pdf>. Acesso em: 23/9/2018.

SANTOS, M. L.; SILVA, M. B.; FILHO, D. B. F.; ROCHA, E. C. DA R. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. , v. 21, n. 1, p. 33–59, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v21n1/0104-6276-op-21-01-00033.pdf>>. Acesso em: 24/8/2018.

SCHEFFER, M.; BAHIA, L. **Interface: Comunicacao, saude, educacao**. Fundacao UNI, 2011.

NICOLAU, Jairo. **Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995 -1998)**. Revista Dados Vol. 43. N. 4 Rio de Janeiro, 2000.

PEIXOTO, V. “**Votos: valem quanto pesam? O impacto do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil**”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Impacto dos gastos de campanhas nos resultados eleitorais**. In: Anais do 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu-MG, 2008.

_____. “**Financiamento de campanhas nas eleições legislativas brasileiras em 2010**”. Em Debate, Belo Horizonte, vol. 6, p. 36-54, 2014.

TSEBELIS, Georgi. 1995. **Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, jun. 1995.

WAWRO, G. - **A panel probit analysis of campaign contributions and roll call votes**. American Journal of Political Science, v. 45, nº 3, 2001.

WRIGHT, J.R. - **Contributions, lobbying, and committee voting in the US House of Representatives**”. American Political Science Review, v. 84, n. 2, 1990, p. 417-438.

WITKO, C - **Campaign Contributions, Access, and Government Contracting**. Journal of Public Administration Research and Theory, 2011.